



o *Brasil* e o Capitalismo Histórico

Passado e Presente na Análise dos Sistemas-Mundo

Organizadores

PEDRO ANTONIO VIEIRA

ROSÂNGELA DE LIMA VIEIRA

FELIPE AMIN FILOMENO

**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

© Pedro Antonio Vieira; Rosângela de Lima Vieira; Felipe Amin Filomeno

Conselho Editorial

Immanuel Wallerstein, Fernando Novais, Hoyêdo Lins, e Francisco Luiz Corsi

Projeto gráfico, diagramação e capa

Rita Motta - www.editoratribo.blogspot.com

Revisão

Sérgio Meira

Impressão

Gráfica e Editora Copiart Ltda

1ª Edição - 2012 - São Paulo – SP

**CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ**

B83

O Brasil e o capitalismo histórico : passado e presente na análise dos sistemas-mundo /
organização Pedro Antonio Vieira, Rosângela de Lima Vieira, Felipe Amin
Filomeno.- São Paulo, SP : Cultura Acadêmica Editora, 2012.
327 p.

ISBN 978-85-7983-386-1

1. Capitalismo - Brasil - História. 2. Capital (Economia). I. Vieira, Pedro
Antonio. II. Vieira, Rosângela de Lima. III. Filomeno, Felipe Amin. IV. Série.

13-1521.

CDD: 330.1220981

CDU: 330.142.23(81)

043362



A Análise dos Sistemas-Mundo como movimento do saber

IMMANUEL WALLERSTEIN¹

A Análise dos Sistemas-Mundo é mais do que uma perspectiva; é também mais do que uma teoria, se é que é uma teoria. É um movimento do saber, e isso é de crucial importância para o desenvolvimento futuro das ciências sociais históricas. Um movimento do saber é um movimento social intelectual. Ele propõe uma reorientação no modo como organizamos nosso entendimento do mundo. No caso da análise dos sistemas-mundo, ela se baseia na rejeição das categorias das ciências sociais herdadas do século dezenove. Ela propõe substituir estas categorias por uma nova ciência social histórica.

No decorrer dos milênios, quase todo argumento, proposição ou conceito nas ciências sociais históricas provavelmente tem sido afirmado milhares de vezes. Traçar a história dos conceitos é um interessante, e, algumas

¹ Doutor em Sociologia pela Columbia University, é atualmente Senior Research Scholar na Yale University e, de 1976 a 2005, foi diretor do Fernand Braudel Center da State University of New York - Binghamton.

vezes, válido exercício de história intelectual. Mas é somente quando um conceito ou conjunto de conceitos é adotado por uma minoria suficientemente ampla de pessoas que ele se torna capaz de afetar a evolução corrente do conhecimento coletivo.

Quando esta dimensão é alcançada, pode-se falar deles como sendo um movimento do saber, o que significa que há um grupo de pesquisadores suficientemente grande em número e coerentes o bastante em termos de organização para sustentarem suas posições nos debates coletivos e, talvez, vencerem esse debate no decorrer do tempo. Por certo, se e quando eles chegam a vencer o debate, então esses conceitos constituirão um novo modo de análise, temporariamente dominante e, por sua vez, sujeito a ser posteriormente desafiado pelos novos movimentos do saber.

As premissas hoje dominantes nas ciências sociais históricas foram estabelecidas aproximadamente entre 1850 e 1945. Estas premissas foram analisadas no relatório da Comissão Gulbekian, que eu presidi.² O contexto em que estas foram adotadas foi o do estado do sistema-mundo naquele mesmo período. Era o período de auge da dominação política, econômica e cultural do Ocidente sobre o sistema-mundo. No modo de pensar do setor dominante do sistema-mundo, havia diferenças radicais entre o “o Ocidente e o resto”.

Este contexto mudou depois de 1945. E as novas realidades globais apresentaram várias dissonâncias em relação ao modelo organizacional das ciências sociais históricas vigente em 1945. As duas principais mudanças na realidade global depois de 1945 foram (1) a elevação dos EUA ao papel de potência hegemônica e a peculiar relação estabelecida por eles com a URSS, e (2) a considerável força que os movimentos antissistêmicos tradicionais vieram a demonstrar por todo o sistema-mundo no período pós-1945.

O modelo organizacional das ciências sociais baseado na diferença epistemológica radical entre o Ocidente e o resto levou a uma clara segmentação disciplinar no modo de estudar cada um desses epaços. Emergiu uma clara divisão do trabalho acadêmico. A pesquisa sobre o passado das sociedades ocidentais foi atribuída à História. As sociedades ocidentais

² I. WALLERSTEIN et al., *Open the Social Sciences: Report of the Gulbenkian Commission on the Restructuring of the Social Sciences*, Stanford, CA: Stanford Univ. Press, 1996. Este relatório foi traduzido para 25 línguas. No Brasil, foi publicado pela Cortez em 1996.

contemporâneas se tornaram o foco do trio de disciplinas nomotéticas – a Economia estudando o mercado, a Ciência Política estudando o estado, e a Sociologia estudando a sociedade civil. O estudo do mundo não ocidental foi dividido entre a antropologia, que estudava os pequenos grupos, as assim chamadas “tribos”, e os estudos orientais, investigando as grandes, mas consideradas congeladas, “altas” civilizações. Este padrão de estudo teve problemas para lidar com as novas realidades pós-1945. Isto provocou um debate sobre se, e de que modo, se poderia adaptar as premissas dominantes para torná-las mais relevantes a estas novas realidades globais.

No período que vai mais ou menos de 1945 a 1965/70, houve quatro diferentes tentativas de adaptar as premissas dominantes das ciências sociais mundiais a estas novas realidades globais. Cada tentativa parecia realizar alguns ajustes plausíveis no modelo, mas cada um delas demonstrou ao final suas limitações.

A primeira e possivelmente a mais importante tentativa foi da teoria da modernização. Em lugar de separar o estudo do mundo “civilizado” do estudo do resto do mundo como se fossem lugares epistemológicos distintos, a teoria da modernização tentou historicizar as diferenças entre os dois espaços. Ela argumentava que o mundo “desenvolvido” não era ontologicamente diferente do mundo “subdesenvolvido”, mas apenas estava à frente dele no tempo. Os países subdesenvolvidos poderiam alcançar os países desenvolvidos aprendendo com os modelos dos países mais avançados e fazendo certas mudanças essenciais nas suas práticas sócio-culturais.

A segunda tentativa foi a da teoria da dependência, que emergiu primeramente da análise centro-periferia da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) sob Raúl Prebisch, e depois foi elaborada com uma ênfase mais política por diversos intelectuais latino-americanos e sul-asiáticos. Diferente da teoria da modernização, a teoria da dependência tinha um outro modelo de tempo. Opondo-se à ideia de que todos os estados começaram no mesmo ponto, com alguns avançando mais rapidamente que os outros, os teóricos da dependência enfatizavam o “desenvolvimento do subdesenvolvimento” (para usar a famosa expressão de Gunder Frank)

Isto significava que do mesmo ponto de partida, algumas regiões se moveram para frente para se tornarem “desenvolvidas” e outras se moveram adiante no tempo para se tornarem “subdesenvolvidas”. Concluiu-se que as

mudanças essenciais para realizar o *catching-up* não estavam na arena socio-cultural mas nas arenas econômica e política. Somente desta maneira, poderiam os países “subdesenvolvidos” sair da sua posição de inferior.

A terceira tentativa foi a do revisionismo marxista, que tomou duas formas. A primeira variante foi uma consequência do famoso discurso de Khrushchev no 20º. Congresso do Partido Comunista da União Soviética em 1956. Do mesmo modo que a teoria da modernização, o modelo soviético pós-1956 historicizou a diferença, e o caminho proposto para realizar o *catching-up* acabou se tornando surpreendentemente similar ao defendido pela teoria da modernização, com uma diferença crucial: a versão soviética sugeria que o país/modelo “avançado”, a ser imitado, era a URSS e não os EUA.

A segunda e possivelmente mais importante variante do revisionismo marxista tomou outra direção. Ela foi lançada pela discussão sobre o “modo de produção asiático” que teve lugar primeiramente na Hungria e em alguns países da Europa Oriental. O modo de produção asiático foi um dos conceitos menos felizes de Marx e foi abertamente banido por Stálin. Ter dado credibilidade renovada a este conceito gerou duas consequências teóricas. Provocou o questionamento da automaticidade da sequência de modos de produção que supostamente iria do comunismo primitivo ao mundo comunista do futuro. Desse modo possibilitou discutir a validade do conceito iluminista do “progresso” inevitável e unilinear.

A segunda consequência diz respeito ao debate da “questão nacional”. Se alguns países (ou sociedades, ou formações sociais), mas não todos, passaram por um modo de produção asiático (ou algo coisa equivalente), isso significava que não havia mais um único caminho que todos os países deviam percorrer. Isto implicava que a análise social marxista de partes específicas do mundo deveria se basear nas particularidades históricas destas partes do mundo. O marxismo clássico era essencialmente nomotético. Esta discussão levava na direção de uma epistemologia idiográfica. Ela permitia à análise marxista deixar de tentar encaixar a história do não-ocidente em uma sequência derivada da análise do pensamento e das instituições européias.

A quarta tentativa foi aquela baseada no conceito braudeliano de *longue durée* e sua dupla ênfase na importância central da história socioeconômica

combinada com a minimização da importância da história política episódica, a assim chamada *histoire événementielle*. Este ataque à historiografia político-diplomática narrativa tradicional alcançou grande sucesso em partes significativas da comunidade histórica mundial.

A limitação de cada um dos três primeiros revisionismos é terem continuado a considerar estados/sociedades/formações sociais como entidades autônomas separadas que seguem caminhos autônomos paralelos, em diferentes velocidades, em direção a um futuro mais ou menos inevitável. Isso impedia explicar a contínua polarização das diferentes regiões do sistema-mundo, polarização que parecia estar se ampliando em vez de estar se reduzindo. A limitação do caminho braudeliano foi que seus praticantes tenderam a confinar seu trabalho à análise dos séculos XV ao XVIII e estavam amplamente despreparados para olhar tanto para o tempo presente quanto para o longo itinerário de mudança histórica através dos milênios.

O que desfez o relativo sucesso de todas as quatro formas de revisionismo foi revolução mundial de 1968. Para sermos exatos, a primeira preocupação dos estudantes e da juventude que lideraram as diversas rebeliões que nós associamos a 1968 não eram as estruturas do saber. Em seus ataques às várias estruturas de autoridade, eles estavam acima de tudo preocupados com o que eles viam como as execráveis consequências da hegemonia dos EUA, bem como com o que muitos (talvez a maioria) deles consideravam o conluio soviético com os Estados Unidos. Em segundo lugar, eles estavam preocupados com o fracasso dos movimentos antissistêmicos históricos em chegar ao segundo passo da sua estratégia de dois passos – primeiro chegar ao poder do estado, para então mudar o mundo – adotada por estes movimentos no final do século XIX. De fato, eles disseram a estes movimentos: vocês mais ou menos alcançaram o poder do estado (para a maioria nos anos 1950 e 1960), mas definitivamente vocês não mudaram o mundo.

Entretanto, na medida em que o processo revolucionário mundial avançou, mais e mais participantes dessas rebeliões começaram a sentir que os modos de organizar o saber e as categorias que estavam sendo usadas eram, elas próprias, os grandes obstáculos ao tipo de transformação que eles esperavam alcançar. Eles voltaram então sua atenção aos modos pelo qual o

quadro epistemológico dominante sistematicamente negligenciava os “povos esquecidos”. E começaram a demandar que as instituições do saber refocassem sua atenção nas realidades históricas e sociológicas.

Este novo impulso – visto tanto por seus defensores quanto pelos adversários como um impulso político – provocou outra mudança nas realidades do sistema-mundo e possibilitou que os dissidentes do saber obtivessem apoio suficiente para que pudessem dizer que tinham se transformado em movimentos do saber.

A análise dos sistemas-mundo como um movimento do saber nasceu neste momento e dentro deste contexto. O que a análise dos sistemas-mundo tentou fazer foi tomar elementos de cada uma das quatro tentativas revisionistas e, juntando-os, construir uma ferramenta que fosse capaz de desafiar as premissas epistemológicas até então dominantes e que tinham moldado as assim chamadas disciplinas - como argumentos intelectuais, como aparatos organizacionais e como fenômenos culturais.

Como qualquer outro movimento do saber, a análise dos sistemas-mundo não é constituída por um exército disciplinado, mas por um conjunto de pessoas que, embora compartilhem certas premissas, perseguem diferentes ênfases dentro deste marco. Eu começarei delineando o que significa para mim a combinação de argumentos que eu denomino análise dos sistemas-mundo. Depois disso discutirei outras variações dentro do campo geral da análise dos sistemas-mundo.

Para mim, o elemento chave na análise dos sistemas-mundo é a ênfase na unidade de análise – um sistema-mundo ao invés do estado/sociedade/formação social. A palavra “mundo” de modo nenhum é sinônimo de global ou planetário, mas simplesmente se refere a uma unidade relativamente grande (em termos de área e população) no interior da qual existe uma divisão axial do trabalho. Estamos falando de “um” mundo, não “do” mundo, como diria Fernand Braudel.

O segundo elemento chave para mim é que “sistemas-mundo” (como todos os sistemas) não são eternos. Eles têm vida. Eles passam a existir; eles perfazem seus itinerários históricos de acordo com o conjunto de regras que definem e governam o sistema; e eles finalmente se afastam tanto do

equilíbrio que o sistema entra em uma crise estrutural terminal. Portanto, a questão crucial aqui é o argumento de que todos os sistemas são históricos e sistêmicos.

A ênfase da teoria da modernização na historização das diferenças entre centro e periferia é fundamental. Do mesmo modo o é a noção de Prebisch e dos *dependentistas* de que a brecha entre centro e periferia está se ampliando ao invés de diminuir – uma parte necessária da explicação do desvio do equilíbrio no decorrer do tempo.

Um terceiro elemento crucial é a recusa à separação ontológica das imaginadas arenas, tão caras ao velho conjunto de premissas dominantes – a [arena] política, a econômica e a sociocultural. Para os teóricos da modernização, como para aqueles que aderiram ao conjunto de premissas dominantes antes de 1945, a autonomia intelectual das três arenas era a principal característica definidora do que eles chamavam modernidade. Para a análise dos sistemas-mundo, as assim denominadas três arenas estão intrinsecamente conectadas. Elas definem umas as outras. Nenhuma das três é “primordial” e todas devem ser analisadas na sua definição mútua. Consequentemente, a análise dos sistemas-mundo é inerentemente unidisciplinar (em oposição a ser multi-, inter-, ou transdisciplinar) em relação às ciências sociais históricas.

Por fim, a análise dos sistemas-mundo recusa a institucionalização ocorrida durante o século XIX do conceito de duas culturas e defende a superação desta falsa (e historicamente muito recente) divisão epistemológica. A divisão idiográfico-nomotético entre filosofia e ciência data somente da segunda metade do século dezoito. Com a invenção, no século XIX, das “ciências sociais” como uma categoria intermediária, esta divisão foi incorporada nas ciências sociais como a divisão entre a história idiográfica e as três ciências sociais nomotéticas. A análise dos sistemas-mundo afirma que esta divisão epistemológica entre a história e as ciências sociais nomotéticas foi sempre falsa e agora é obsoleta.

Na medida em que a análise dos sistemas-mundo ganhou força como um movimento do saber, existiram versões mais ou menos inseridas dentro deste grande campo, as quais colocaram ênfases diferentes e/ou adicionais na agenda epistemológica e de pesquisa.

Uma dessas versões foi a impulsionada por Chris Chase-Dunn e Thomas Hall, entre outros. Esta versão argumentou contra limitar os esforços práticos de pesquisa ao “moderno sistema-mundo” como uma “economia-mundo capitalista” – e que na maior parte de sua existência se localizava em um espaço menor que o globo terrestre. Fazer isso, sugeria-se, tendia a deixar importantes questões fora da discussão. Uma era o que estava acontecendo, durante os tempos modernos, em regiões definidas como estando fora da divisão axial do trabalho da economia-mundo capitalista, bem como os complexos processos pelos quais zonas externas eram incorporadas à divisão axial do trabalho.

Além disso, este grupo não estava preocupado apenas com que a prática de devotar esforços de pesquisa primariamente, e até exclusivamente, à economia-mundo capitalista, levasse ao que pode ser chamado exclusões espaciais da análise. O grupo se preocupava também com o que pode ser chamado de exclusões temporais de longo prazo da análise. Este grupo desejava olhar para duas questões de mais longo prazo. Uma era o desenvolvimento histórico de muito longo prazo da interação social humana. Eles diligentemente confrontaram a há muito estabelecida questão da “evolução histórica” - o que “evoluiu” e se a evolução foi teleológica.

Adicionalmente, entretanto, este grupo sentiu que havia conhecimentos valiosos a serem descobertos pela comparação sistemática de diferentes tipos de sistemas históricos, para o que os casos teriam que ser necessariamente obtidos das análises de sistemas históricos de todos os tipos e de todas as áreas geográficas no decorrer de vários milhares de anos. Isto pode ser chamado de análise comparativa de sistemas históricos.

Uma segunda versão da análise comparativa de sistemas históricos, embora limitando-se ao período histórico “moderno” (cerca de 1500 ao presente), foi aquela desenvolvida por Giovanni Arrighi e Takeshi Hamashita, entre outros. Basicamente, eles se propuseram a comparar a evolução do sistema comercial centrado na China com aquele que se desenvolveu como sistema comercial centrado na Europa ocidental no período pós-1500. Eles olharam para os modos como as estruturas dos dois sistemas diferiam – com Arrighi argumentando que as diferenças persistem até hoje – bem como para os crescentes vínculos entre os dois sistemas no transcorrer dos séculos.

A crescente relevância econômica e geopolítica da China no sistema-mundo desde a década de 1980 atraiu crescentemente a atenção dos estudiosos do mundo para o papel histórico da China, e provocou, em particular, reclamações sobre o negligenciamento, pelos estudiosos pan-europeus, do papel da China. Desde então, um volume relativamente grande de literatura vem sendo produzido sobre a China e o mundo, tanto em linguas asiáticas como europeias. Esta literatura é muito diversificada e somente parte dela pode ser considerada como estando dentro do grande campo da análise dos sistemas-mundo.

André Gunder Frank nos seus escritos pós-1990 insistiu no conceito de que desde sempre somente existiu um sistema mundo (e por isso ele retirou o hífen), e traçou sua existência até no mínimo 5000 anos atrás. Para Frank, a China foi sempre o centro deste sistema (exceto um tanto brevemente no século XIX e em parte do XX). Embora Frank tenha usado muitas ferramentas metodológicas derivadas da análise dos sistemas-mundo, ele atacou as outras versões (de fato, todas as outras) como sendo eurocêntricas e rejeitou o próprio conceito de capitalismo como variável a ser incluída na análise.

Outros neste grupo de acadêmicos centrados na China, como Kenneth Pomeranz, insistiram na reanálise dos dados que comparavam a China e a Europa Ocidental entre os séculos dezesseis e dezoito, e procuraram mostrar que o que Pomeranz chamou de a “grande divergência” ocorreu somente no século dezenove. Pomeranz, entretanto, não procura situar a si mesmo na família dos analistas dos sistemas-mundo, ainda que de alguma maneira sua análise concreta esteja de acordo com a versão Arrighi-Hamashita. De fato, a versão de Pomeranz reforça a visão tradicional e dominante das ciências sociais, segundo a qual a mudança chave nos tempos modernos foi a “revolução industrial” que se considerava ter ocorrido (ao menos primariamente) na Inglaterra no limiar do século dezenove.

Enquanto este debate se desenvolvia entre os analistas dos sistemas-mundo no período 1970-2010, duas coisas aconteceram, alterando o caráter da análise dos sistemas-mundo como movimento do saber. A primeira foi o surgimento e mesmo o triunfo, da globalização neoliberal no sistema-mundo. A segunda foi a mudança de atitude das principais organizações

disciplinares e dos livros-textos para com a análise dos sistemas-mundo. Consideremos cada uma separadamente.

A estagnação da economia-mundo que começou nos anos 1970 (uma fase B do Kondratieff) se combinou com o debilitamento, como resultado da revolução mundial de 1968, da dominação do liberalismo centrista. A combinação permitiu às forças conservadoras promoverem uma tentativa mundial de reverter todas as mudanças políticas, econômicas e culturais ocorridas no período 1945-1970. Esta campanha política recebeu o depreciativo rótulo de neoliberalismo, e foi encarnada originalmente no sucesso político do Partido Conservador transformado da Sra. Thatcher, no Reino Unido, e do Partido Republicano transformado de Ronald Reagan, nos Estados Unidos.

Os neoliberais mudaram o marco analítico que aplicavam ao sistema-mundo de “desenvolvimentismo” (que prevaleceu no período 1945-1970) para algo que eles denominaram globalização. Eles usaram este novo marco para impor, primariamente através do Tesouro estadunidense e do Fundo Monetário Internacional (FMI), um programa prático que passou a ser chamado Consenso de Washington. Este demandava que todos os países não “desenvolvidos” instituísem um programa que dava prioridade ao crescimento orientado para exportações, ao mesmo tempo que abrissem suas fronteiras ao investimento externo direto, privatizando empresas estatais, reduzindo seus programas de bem-estar, e diminuindo suas burocracias. Geopoliticamente, este esforço político foi um enorme sucesso no mundo todo, no período transcorrido aproximadamente entre a metade do anos 1970 e cerca de 1995.

Dentro das ciências sociais históricas, a resposta a esta nova realidade política mundial, foi fazer da globalização a palavra da moda na pesquisa e na publicação. Um dos resultados foi, um tanto paradoxalmente, tornar a análise dos sistemas-mundo mais respeitável academicamente. Anteriormente, a análise dos sistemas-mundo ou era objeto de fortes acusações por seus supostos erros, ou era tratada com uma desdenhosa recusa a reconhecer seu caráter acadêmico. De repente, a análise dos sistemas-mundo passou a ser vista, e mesmo aclamada, com uma precursora da teoria da globalização, ainda que em uma versão muito comprometida politicamente. A análise dos

sistemas-mundo (usualmente referida como teoria dos sistemas-mundo) passou a ser incluída em escritos e livros-textos como uma visão teórica alternativa em meio a uma lista de visões teóricas alternativas à globalização.

Na verdade, entretanto, a análise dos sistemas-mundo não era uma precursora da teoria da globalização, mas algo bem diferente. A análise dos sistemas-mundo nunca pretendeu fazer parte de uma lista de teorias alternativas. Ela pensava a si mesma como formulando uma rejeição a todo o arcabouço das ciências sociais dominantes. A análise dos sistemas-mundo conclamava a uma reformatação drástica do marco intelectual das ciências sociais, convocando para uma reorganização unidisciplinar. A análise dos sistemas-mundo combinou esta visão das ciências sociais históricas com a demanda pela superação da divisão epistemológica entre as “duas culturas” e a recriação de um marco epistemológico único para todo o saber.

O triunfo do Consenso de Washington passou a ser desafiado politicamente na segunda metade dos anos 1990, na medida em que as promessas neoliberais de melhoramento econômico universal se revelaram uma miragem. Esta crescente desilusão foi reforçada pelas sucessivas crises financeiras ocorridas desde então e que levaram finalmente a um sério questionamento da viabilidade do prometido retorno ao “crescimento” econômico universal.

O grau em que a economia-mundo capitalista pode retomar seus tradicionais e repetidos retornos a uma expansão normal é matéria de algum debate mesmo dentro do campo da análise dos sistemas-mundo. Se alguém acredita, como eu, que o moderno sistema-mundo está em um crise estrutural, e, portanto, em uma bifurcação, e no meio de uma transição para um novo sistema global, então uma pergunta é o que acontece, neste processo, com a análise dos sistemas-mundo enquanto movimento do saber.

A força da análise dos sistemas-mundo como movimento do saber é que ela tem resistido à tentação de definir a si mesma muito estreita e dogmaticamente, ainda que não se permitindo ser definida tão frouxamente a ponto de que qualquer um que pareça lidar com questões para além de nações/sociedades/formações sociais singulares ser considerado parte da família. Este tem sido um projeto organizacional difícil, mas que até hoje tem funcionado. De fato, a análise dos sistemas-mundo como movimento

do saber tem sido relativamente exitosa em difundir seus seguidores por todas as atuais disciplinas das ciências sociais históricas e difundido sua base organizacional para além dos Estados Unidos, para outras partes do mundo – notavelmente, mas não somente, para América Latina, Europa Ocidental e o leste asiático.

A questão para a análise dos sistemas-mundo como movimento do saber é se ela pode continuar jogando o jogo organizacional que tem jogado até agora. Na medida em que uma transição estrutural transcorre, o sucesso da análise dos sistemas-mundo pode ser medido pelo seu desaparecimento como um movimento do saber resultante da reorganização radical do mundo do saber. É cedo demais para dizer se isso de fato vai acontecer. Mas se a análise dos sistemas-mundo acabar se tornando meramente uma posição teórica a mais dentro das ciências sociais, ela terá falhado no que esperava realizar.